

Economistas acham que o Brasil vive situação semelhante à de 79

por Alair Barbosa
do Rio

O Brasil vive nesta segunda metade de 1985 uma situação muito parecida com a registrada no segundo semestre de 1979, na visão de dois economistas cariocas ouvidos por este jornal, na sexta-feira: Cláudio Haddad, diretor do Banco Garantia de Investimentos e ex-diretor do Banco Central (BC), e Paulo Guedes, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e diretor da Distribuidora Pactual.

Os dois economistas advertiram que há exatos seis anos o País viveu uma guinada radical na sua política econômica. E, segundo eles, "os resultados não foram dos mais satisfatórios". Em agosto de 1979, Antônio Delfim Netto substituiu Mário Henrique Simonsen no Ministério do Planejamento, e Ernane Galvêas passava a ocupar a cadeira de Carlos Brando, no BC. Com essa troca, ao invés de uma "economia de guerra", conforme anunciava Simonsen ao tomar posse em março, Delfim Netto optou pelo crescimento econômico, mesmo à custa de maior inflação.

JUROS

Haddad considera que o País, de fato, tem espaço para uma redução dos juros, como se observou recentemente. E acha possível manter esse ganho sem grandes problemas. "Mas ele ficaria preocupado se o governo insistir muito nesse ponto e quiser reduzir de forma muito drástica os juros vigentes no País". Essa decisão, a seu ver, poderia comprometer irremediavelmente os ganhos obtidos pelo País no ajuste do seu balanço de pagamentos. Para Haddad, é imprescindível o País acumular superávits suficientes para fazer face aos juros da dívida externa.

"É evidente que, se o governo conseguir dinheiro novo junto aos banqueiros internacionais, a sua margem de manobra aumenta. Entre querer e conseguir, porém, vai uma grande diferença. E se o País não conseguir o que pretende terá de continuar gerando grandes superávits", complementou.

Paulo Guedes também teme uma queda muito drástica dos juros, pois

acha que isso só serviria para estimular o consumo e pressionar a inflação. "Difícilmente o empresário hoje iria investir mais estimulado apenas por uma queda dos juros. Mesmo porque ele não sabe por quanto tempo essa política seria mantida". No seu modo de ver, as incógnitas da economia brasileira hoje são tão grandes que não estimulam novos investimentos. E por isso ele prevê, para breve, uma exaustão do atual processo de crescimento econômico. "Nós não temos observado uma ampliação da capacidade instalada, já que o nível de poupança hoje é de apenas 13% do Produto Interno Bruto (PIB). O que está ocorrendo é uma simples recuperação cíclica que dura um ou dois anos e que prenuncia uma nova recessão", afirmou.

INFLAÇÃO

O vice-presidente do Ibmec é de opinião, porém, que as novas autoridades não seriam entusiastas de um crescimento a qualquer custo, em detrimento do combate à inflação. "Hoje existe uma resistência tão grande no País ao aumento da inflação que, se o governo sentir que os preços comecem a sair do controle, virão novas medidas, mesmo a custo do crescimento econômico", acredita. No seu modo de ver o País ficará "patinando" no estágio atual, com inflação na casa dos 200% e o PIB oscilando entre 4% neste ano e níveis menores no futuro.

Uma questão muito importante à qual os economistas têm de estar atentos, na opinião de Haddad, são as eleições do ano que vem. Ele lembra que foi chamado para a diretoria do BC em julho de 1980, "quando a experiência de 1979 fracassou". E a sua tarefa foi elevar os juros e executar uma política monetária restritiva, exatamente inversa à anterior.

Todo esse trabalho, porém, "foi perdido em 1982", devido às eleições. "Infelizmente, no Brasil, o governo compromete a política econômica de longo prazo visando a resultados de curtíssimo prazo nas eleições. E todo o sacrifício de 1980 e 1981 foi perdido em 1982", complementou o economista. Haddad saiu do governo em novembro de 1982, desencantado com o processo.